

Espaços de poder no Norte da África berbere sob domínio cartaginês e romano: o caso de Cirta (Constantina, Argélia)*

*Spaces of power in Berber North Africa under Carthaginian and
Roman rule: the case of Cirta (Constantine, Algeria)*

Maria Cristina Nicolau Kormikiari**

Resumo: O presente artigo aborda a ocupação espacial e a organização social da região ao redor da antiga cidade de Cirta, moderna Constantina, na Argélia. A partir de dados arqueológicos, textuais e epigráficos, procuramos sistematizar uma hipótese de ocupação do território pelos grupos autóctones norte-africanos, ordenados na grande confederação dos númidas. Inclui-se, assim, sua relação com o domínio cartaginês e, posteriormente, com o romano.

Abstract: The present paper addresses the spatial use and the social organization of the surrounding area of the ancient city of Cirta, modern Constantine, in Algeria. Our aim is to systematize a hypothesis that will emerge from archaeological data, and textual and epigraphic evidences, on the occupation of the territory by North-African native tribes, those that area part of the Numidian confederations. In order to achieve that, we will also discuss the relation between these tribes and Carthaginian domains and then their relation to the Roman Empire.

Palavras-chave:

Espaço;
Norte da África;
Arqueologia;
Berberes;
Cirta.

Keywords:

Space;
North Africa;
Archeology;
Berbers;
Cirta.

Recebido em: 11/05/2014
Aprovado em: 09/06/2014

* O artigo ora apresentado deriva de pesquisa de pós-doutoramento que contou com bolsa Fapesp.

** Docente no Museu de Arqueologia e Etnologia (Usp) e membro do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca – www.labeca.mae.usp.br).

O artigo ora apresentado faz parte dos resultados obtidos em nossa pesquisa de pós-doutoramento, intitulada *Organização espacial berbere na Numídia centro-oriental*. Um trabalho voltado à análise do padrão de assentamento, isto é, do uso do solo e da ocupação do espaço, entre os povos berberes do Norte da África na Antiguidade, compreendendo o período entre a queda do domínio cartaginês e a ascensão do romano. Mais particularmente, foram pesquisados o uso e a ocupação do território norte-africano pelos númidas massilos na chave da longa duração e a partir de comparações e justaposições entre as três fontes documentais (arqueológica, etnográfica e textual) existentes sobre o assunto.

Dentre os inúmeros povos supostamente autóctones do Norte da África, o grande grupo dos númidas, que abarcava diversos grupos menores, era o mais mencionado, em razão dos processos históricos que o levou a interagir com os povos colonizadores da região: fenícios (posteriormente, cartagineses) e romanos.¹ Em acordo com as fontes textuais gregas e latinas, a chefia dos númidas foi exercida prioritariamente pelos massilos (KORMIKIARI, 2001).

Os grupos autóctones norte-africanos, denominados berberes pela historiografia moderna, eram mormente identificados como uma sociedade tribal, definição que a Etnologia comprova.² Com relação à Antiguidade, entretanto, esse dado vem notadamente das fontes textuais.

A partir da Segunda Guerra Púnica, os grupos indígenas berberes aparecem mencionados nas fontes como entidades históricas: Plínio afirmava que 463 desses grupos juraram fidelidade a Roma (*História Natural*, 5, 1). Baseados nos poucos dados sociopolíticos que os textos gregos e latinos nos fornecem, e aliando estes aos estudos etnográficos, há uma forte tendência, na atualidade, em considerar os berberes organizados em grupos clânicos agnáticos. Vilarejos seriam compostos por grupos

¹ De maneira geral, as pesquisas modernas admitem que os berberes eram, de fato, estrangeiros que, por volta do VIII milênio a.C., se fixaram em terras norte-africanas, tomando o lugar de uma população autóctone (CAMPS, 1960, p. 28). Essa população autóctone é igualmente mal conhecida pelos estudiosos, sabe-se apenas que eram mestiços com elementos de traços negróides e que tal mestiçagem teria ocorrido antes do chamado período capsense (7000 a 4500 a.C.).

² A denominação berbere é, em si, estrangeira ao povo. Muito provavelmente é uma corruptela do termo *barbarus*, do latim, que, análogo ao grego *barbaros*, especificava os povos estranhos à cultura greco-romana. O termo líbio derivaria, por sua vez, da palavra egípcia Lebu, utilizada desde o século XIII a.C. para designar um povo africano que vivia imediatamente a oeste dos egípcios (CAMPS, 1960, p. 24). À época do domínio cartaginês no Norte da África (a partir do século V a.C.), os líbios tornam-se aqueles que habitavam o território púnico, sendo os númidas aqueles que viviam para além desses limites.

agnatícios, de famílias extensas subdivididas em clãs (WHITTAKER, 1993, p. 336).

No entanto, essa concepção, apesar de bem fundamentada, carece de comprovação definitiva, pois foi retirada notadamente de dados textuais gregos e latinos, não líbicos ou púnicos, e a partir de um paralelo etnológico.³ Os dados materiais costumam ser deixados de lado. Escavações arqueológicas têm sido realizadas nas últimas três décadas com mais sistematização, inclusive estudos de uso e distribuição da terra, principalmente para a Berbéria oriental, a região da Tunísia (HITCHNER, 1988) e da Líbia (JONES, 1985; MATTINGLY, 1987; 1989); ao mesmo tempo que importantes sítios arqueológicos da Berbéria ocidental (Marrocos), como Volubilis e Banasa, cidades interioranas, foram minuciosamente escavados (EUZENNAT, 1965; JODIN, 1987).

Esse tipo de estudo é importante para a compreensão de uma transformação política e social ocorrida entre os povos berberes a partir dos séculos IV-III a.C. Nesse período, justamente, temos o acirramento dos embates entre púnicos e gregos na bacia do Mediterrâneo setentrional e no Norte da África (guerra contra Agátocles, tirano de Siracusa), e também as guerras com os romanos, as chamadas guerras púnicas. Para esse período, portanto, a documentação textual e a material dão conta da formação de reinos próprios entre os berberes (CAMPS, 1960; DESANGES, 1980; FENTRESS, 1982).

Três linhagens são, assim, traçadas: a dos mouros, na Berberia Ocidental (atual Marrocos e leste da Argélia) e parte ocidental da Berberia central (Argélia); a dos masesilos, na Berberia central (Argélia); e a dos massilos, nas Berberia central (Argélia) e oriental (Tunísia), até a fronteira com Cartago, primeiro, e, depois, com a primeira província romana de *Africa*. Essa última dinastia, a dos massilos, é a de Massinissa, o mais renomado dos reis berberes. Teria sido a mais bem sucedida, com uma única família agnaticia dominando o poder do século III a.C. até o século I a.C.

Massinissa foi um grande aliado romano, responsável direto pela derrota púnica em Zama, em 202 a.C., e pela destruição de Cartago, em 146 a.C. Foi igualmente o fundador do grande reino númida, que acabou englobando sob esta denominação os antigos reinos masesilo e massilo, além de diversos outros grupos menores. A Numídia correspondia, de maneira geral, à área desses dois reinos.

³ A língua líbica, como é denominado o idioma berbere da Antiguidade, chamada de "escrita líbico-berbere", refere-se a um sistema de escrita encontrado em inúmeros documentos no Norte da África, no Saara e nas Ilhas Canárias. Os linguistas são unânimes quanto à sua unidade original, depois fragmentada em alfabetos diferentes, mas correlatos, no período histórico, e que pertenceriam a grupos indígenas específicos (GALAND, 1989, p. 69).

Paralelamente aos extensos relatos de autores como Tácito, Tito-Lívio, Salústio e outros, a documentação material mais importante a atestar a presença e a influência das dinastias berberes é a cunhagem monetária desses reis. As moedas dos reis berberes podem ser encontradas não apenas por todo o Maghreb, como também em terras mediterrâneas setentrionais, notadamente nas regiões de origem dos mercenários dos exércitos berberes (KORMIKIARI, 2000; 2003; 2005). Os reis berberes eram tratados como reis aliados dos romanos – serviram de apoio militar e econômico nas incursões romanas contra Cartago –, tendo também um papel importante no desenrolar das guerras civis romanas que culminaram com a ascensão de Otávio, no século I a.C. Mas não apenas a moeda é testemunho, no campo material, dessa presença: inúmeras inscrições líbicas, muitas delas bilíngues, e outras latinas e gregas mencionam os reis (CAMPS, 1960, p. 216; CARCOPINO, 1943, p. 285). Além disso, existem grandes monumentos funerários, que se acredita erguidos para homenageá-los, por meio de uma prática de divinização do rei morto, como a Tumba da Cristã e o Medracen (COARELLI; THÉBERT, 1988; KORMIKIARI, 2000). Igualmente, os textos antigos mencionam diversas capitais e cidades reais berberes: as já mencionadas Volubilis e Banasa, na Berberia ocidental; Siga, também na Berberia ocidental; Iol (atual Cherchel), na Berberia central; Cirta (atual Constantina), na Berberia oriental. Um aspecto muito importante da ocupação romana no Maghreb foi assinalado pelo arqueólogo responsável pelas escavações no sítio arqueológico de Volubilis, André Jodin (1987, p. 26): “No Marrocos, cada cidade romana está localizada sobre uma cidade púnico-moura e, até o momento, não houve exceção para essa regra”.

A Arqueologia, assim, redescobriu, no Maghreb, diversas aldeias ou vilarejos berberes da Antiguidade. Muitos destes continuaram a ser habitados no período romano, e mesmo mais tarde. Muitas vezes, inclusive, são usados até os dias atuais, pois as fontes de água – razão primordial para a criação do assentamento naquele local específico – continuam em funcionamento.

No entanto, mesmo após a descoberta arqueológica de importantes centros urbanos púnico-berberes, a maioria dos estudiosos sustenta a teoria, apenas delineada pela Arqueologia, e basicamente sustentada pelos dados textuais da Antiguidade e aqueles fornecidos pela etnologia, que a grande parte da população indígena continuou a habitar as aldeias, principalmente nas regiões montanhosas da Kabília e do Aurès (Berberias oriental e central), e do Rif, do médio e do alto Atlas (Berberia ocidental)

(CAMPS, 1960; ROSSETTI, 1960; ISSERLIN, 1983; SMADJA, 1983).

Um redimensionamento possível dessa teoria foi proposto por André Jodin (1987, p. 56-63). Este arqueólogo acredita ser possível lançar a hipótese de que cada cidade interiorana da Berberia ocidental (a colonização fenício-púnica tendo se restringido prioritariamente à costa), antes de ser reocupada pelo domínio romano, foi um centro nevrálgico ou um *oppidum* de um grupo indígena berbere. Volubilis, Gilda, Sala, Banasa, entre outras, longe de terem sido cidades isoladas em meio a uma população estranha, autóctone, mais e menos hostil, cidades fechadas dentro de suas muralhas e sem possuírem recursos agrícolas e naturais definidos, eram, para Jodin (1987), centros políticos, econômicos e religiosos de seus respectivos "Estados", nos quais uma administração com elementos fenício-púnicos (notadamente a instituição do sufetato) reinava sobre uma sociedade autóctone.

Desde a Antiguidade, no entanto, a falta de conhecimento sobre as ligações de dependência que uniriam os grupos indígenas às cidades e seus arredores é quase sistemática. Constata-se que, de maneira geral para a Berberia, os autores antigos poucas vezes nomearam as principais localidades ou vilarejos fortificados dos povos indígenas, mesmo aqueles classificados como sedentários. Ao invés, listas de topônimos e de grupos étnicos indígenas eram apresentados sem que se tenha procurado estabelecer as ligações entre esses dois.

Com essa problemática em mente, nossa intenção é unir os dados materiais existentes acerca da confederação dos númidas – liderada pelos massilos de Massinissa – de maneira mais sistemática, e interpretá-los em conjunto com as informações que possuímos das fontes textuais e etnológicas. Dessa maneira, estabelecemos hipóteses sobre o padrão de assentamento berbere. Isto é, sobre o padrão da disposição geográfica e da relação entre as diversas aglomerações, de maneira que possamos delimitar melhor a organização social e política da paisagem berbere, questão primordial para a continuação dos estudos sobre o Norte da África na Antiguidade.⁴

⁴ A área a ser apresentada neste artigo é entendida como o coração do reino númida massilo, possuindo como fronteira setentrional a região da cidade atual de Constantina, que correspondia à antiga Cirta; como fronteira oriental a região de Annaba (antiga Hippo Regius), Guelma (antiga Calama) e de Souk-Ahrras; e como fronteira meridional, as montanhas do Aurès, uma parte da bacia do Hodna e toda uma faixa territorial que percorre áreas até a região de Djelfa. Este vasto território argelino é entendido pelos pesquisadores como as terras onde os númidas massilos permaneceram no poder por mais tempo (BOUCHENAKI, 1983, p. 527).

Constantina/Cirta

Em nossa pesquisa, foram elencados 80 vestígios materiais na região de Constantina.⁵ Aqui, Cirta representava um grande assentamento. A importância dessa localidade é atestada tanto pelas fontes textuais e epigráficas quanto pela Arqueologia. Acreditamos poder visualizar, na região de Constantina, a presença de um grande centro aglutinador, no caso, Cirta, e de centros menores, que, por sua vez, agrupavam centros ainda menores, espalhados por toda a área.

A área da antiga Cirta era o coração do reino massilo se levarmos em consideração as fontes textuais, que a apresentavam como a cidade que se tornou objeto de acirradas disputas entre o rei massilo Massinissa e o seu rival masesilo, Sífax (Tito Lívio, *História romana*, XXIX, 32; XXX, 12; XXX, 44; Apiano, *História romana*, VIII, 27). A partir de 203 a.C., Cirta tornou-se a capital de Massinissa (Estrabão, *Geografia*, XVII, 3, 13).

O rei massilo morou na cidade e lá faleceu, em 148 a.C., encerrando, assim, um longo reinado (Políbio, *Histórias*, XXXVII, 3). Seu sucessor, Micipsa, manteve a cidade como sua capital (Ap. , *Hist. rom.*, VIII, 106). Aderbal foi vencido por Jugurta perto de Cirta (Salústio, *Guerra de Jugurta*, 21) e ali se refugiou, onde foi, então, sitiado pelo primo. Mas Jugurta não conseguiu tomar toda a cidade em 112 a.C. (Sal., *Bel. Iug.*, 21; Diodoro, *História*, XXXIV, 31).

Durante a guerra dos romanos contra Jugurta, Metelo apoderou-se de Cirta (foi seu quartel general). Jugurta e Boco, rei mouro, marcharam contra Cirta, em 108 a.C., e Metelo estabeleceu seu campo perto da cidade para impedir o avanço deles. Mário, sucessor de Metelo, igualmente nas proximidades de Cirta, finalmente venceu Jugurta, em 107 a.C. Já instalado na cidade núpida, Mário recebeu os enviados de Boco para a negociação de paz (Sal., *Bel. Iug.*, 81; 82; 88; 101-102).

Nos tempos de César, Cirta foi qualificada como capital de Juba I: *Cirtam, oppidum opulentissimum eius regni* (Ap. , *Hist.*, II, 96; 25). Um príncipe com o nome de

⁵ A base documental para nossa análise foi, prioritariamente, o *Atlas Archéologique de l'Algérie*, de Gsell (1997). Nesse Atlas, foi compilado todo o conhecimento existente até então, no início do século XX. Fez-se uso tanto do contato direto com outros pesquisadores e de investigações pessoais no terreno, como de consultas, entre outros periódicos semelhantes, às notas publicadas no *Recueil des notices et mémoires de la Société Archéologique du Département de Constantine*, que compilou, por décadas, os vestígios materiais visíveis de toda a região de Constantina.

Massinissa apareceu reinando nesta região no relato de Apiano (*Hist. rom.*, IV, 54). Gsell (1997, p. 9) acreditava que esse segundo Massinissa fosse um vassalo de Juba, haja vista Apiano o qualificar de *Ioba simachos*. Boco, rei da Mauritânia, e P. Sittius atacaram a cidade em 46 a.C. e tomaram-na após alguns dias de luta (Apiano, *Hist. rom.*, II, 96).

Durante o domínio romano, diversos vilarejos, chamados *castella* nos textos latinos, prosperaram ao redor de Cirta: Caldis, Tiddis, Celtianis, ao norte; Thibilis, a leste; Tigisis, Gaudifala, a sudeste; Saddar, Sila, Sigus, ao sul; Subzuar, Arsacal, a sudoeste; Elephantum, Mastar, Uzelis, Phua, a oeste (KORMIKIARI, 2009).

Desse modo, seguindo as indicações dos autores antigos, vemos Cirta já formada e poderosa no século III a.C. De fato, fragmentos cerâmicos do estilo Tiddis, encontrados na gruta dos Pombos, foram datados dos séculos III e II a.C. (CAMPS, 1956; BERTHIER, 1972; 2000). Sua posição geográfica é extremamente favorável, pois é um local com abrigos e refúgios naturais, tornando, então, a cidade facilmente defensável – o único acesso possível é por meio de um pequeno istmo, a sudoeste. Além disso, Cirta está localizada no centro de uma bacia propícia à cultura de cereais e à criação de animais.

A ravina de Constantina é o sítio mais célebre da Argélia. Graças a esta localização, sobre um enorme rochedo, a cidade, desde a Antiguidade, é praticamente inexpugnável. Na ravina corre o Rhumel, *oued*, que nasce na fronteira entre o Tell e os Altos Planaltos.⁶ Após se juntar ao *oued* Enndjas, o Rhumel muda de nome, passa a se chamar el Kebir. Na Antiguidade era denominado Ampsaga, o *fluvius Cirtensis famosus* (BOUCHENAKI, 1983, p. 529).

A região de Constantina, com suas diversas grutas, possui vestígios arqueológicos datados desde o paleolítico médio. A plataforma superior do rochedo pode ter sido usada como simples local de refúgio, mas nos subterrâneos eram guardadas colheitas inteiras.⁷ As características de um *kalaâ* (depósito subterrâneo de cereais) aparecem no relato do geógrafo árabe Edrici, no século XII: “os habitantes da cidade continuam a se juntar para manter os cereais conservados nos subterrâneos, onde os grãos podem, graças à temperatura constante, fresca e amena, ficar guardados

⁶ Termos árabes tornaram-se um jargão comum na nomenclatura de elementos geográficos no Norte da África. *Oued* significa rio em árabe. Trata-se de um rio não perene e não navegável.

⁷ De maneira análoga ao que acontece com os Chaouiás modernos, que utilizam as *kalaâs* do Aurés (JOLEAUD, 1937, p. 11).

por um longo período, sem perigo de estragarem” (JOLEUAD, 1937, p. 11).⁸

Juba I

A análise da cunhagem dos reis númidas demonstra que, até meados do século I a.C., esta encontrava-se inserida, econômica e culturalmente, em ambiente púnico (KORMIKIARI, 2000, p. 351). A partir de Juba I (60-46 a.C.) ocorreu uma mudança radical nesse quadro. A guerra civil entre César e Pompeu tomou grandes proporções, de sorte a levar à emissão de moedas, dos dois lados, na própria África. A cunhagem em prata de Juba I (denários, sestércios e quinários em prata) foi batida para ajudar a causa pompeiana. Desse modo, entre 47/46 a.C., Juba I empreendeu um grande esforço na produção de seu numerário de prata.

Estas emissões em prata demonstram a adequação da economia africana ao sistema romano. Os denários de ambos, dos romanos e de Juba I, puderam ser utilizados em transações comuns, como o seu entesouramento conjunto, em dezenas de exemplos (KORMIKIARI, 2000, p. 353).

Iconograficamente, as moedas de Juba I ligavam-se também a Roma. As legendas, em púnico e em latim, aparecem uma de cada lado. No anverso, REX IVBA (rei Juba), e, no reverso, SYWB'Y HMMLKT (a pessoa real de Juba). Os tipos iconográficos de Juba, apesar de se aproximarem fortemente da imagética republicana romana (além do retrato de Juba, temos no anverso os seguintes tipos (figura 2): cabeça de África, templo octostilo, busto alado de Vitória; reverso (figura 3): palácio; templo octostilo, mantinham ainda laços com a tradicional iconografia monetária real númida. O busto do rei massilo (figura 1) aparece com os típicos cabelos encaracolados e barba pontuda númidas.

⁸ Quando escreve, em 1937, Joleuad menciona como esse conjunto de cavernas e subterrâneos ainda eram usado pelas populações de Constantina e dos arredores.

Figura 1: Anverso monetário de Juba I. Datação: 60-64 a.C.



Corpus nummorum Numidiae Mauretaniaeque, tipo 84.

Particularmente interessante, estas peças apresentam uma grande novidade na numismática nômica: construções. Na figura 2, um templo octostilo, com colunas agrupadas de quatro em quatro, estão sobre um pódio. No centro, uma entrada pode ser vista, inclusive o acesso, que é feito por quatro degraus. O entablamento horizontal sustenta uma edícula de dimensões reduzidas. Esta é coberta por um telhado de duas águas e, em frente deste, um frontão. Bertrandy (1980) chama a atenção para o fato de que este frontão não é tipicamente greco-romano, pois ele não cobre todo o entablamento.⁹

Figura 2: Anverso monetário de Juba I. Datação: 60-64 a.C.



Corpus nummorum Numidiae Mauretaniaeque, tipo 85.

⁹ O frontão aparece tardiamente em Cartago, onde havia a maneira usual de se cobrir um monumento com uma cobertura plana (BERTRANDY, 1980, p. 13).

A figura 3 é um edifício cujo centro é composto por uma fachada pentastila. Três atlantes, separados uns dos outros por duas colunas sobre a base, sustentam um entablamento no qual aparecem três nichos, ornados com esculturas e limitados por colunas jônicas.

Figura 3: Reverso monetário de Juba I. Datação: 60-64 a.C.



Corpus nummorum Numidiae Mauretaniaeque, tipo 91.

Bertrand (1980, p. 13) propõe, primeiramente, que vejamos, nessas construções, monumentos númidas do tempo de Juba.¹⁰ Entretanto, em um segundo momento, o arqueólogo rende-se às evidências. Por um lado, a organização social berbere – à falta da comprovação arqueológica da existência de grandes construções númidas – refletiria-se em estruturas urbanas e arquitetônicas específicas (são as kasbas, as aldeias, os santuários a céu aberto) (PICARD, 1954, p. 6). Por outro lado, apesar dos avanços feitos nas pesquisas de Arqueologia Púnica, conhecemos a grande arquitetura cartaginesa mormente por meio de outros exemplos, textuais e arqueológicos.¹¹ De modo que a aproximação dos tipos iconográficos de Juba I a hipotéticas construções

¹⁰ No entanto, o pesquisador utiliza apenas documentação textual para aventar a hipótese de que os monumentos gravados nas moedas de Juba I fossem ou de Zama, sua capital, “embelezada e fortificada em seu reino” (Vitrúvio, *De Architectura*, VIII, 3), ou de Cirta, esta embelezada, por sua vez, durante o reinado muito anterior, de Micipsa, que teria contratado arquitetos gregos e púnicos (Estr., *Geog.*, XVII, 3), ou ainda de Sicca, mais precisamente o templo de Astarte dos elímios, o qual possuía uma grande reputação na Numídia (BERTRANDY, 1980, p. 13).

¹¹ O modelo do templo fenício foi retirado do plano do templo de Salomão, construído por arquitetos fenícios e descrito em detalhes na Bíblia. Afora este detalhado relato, conhecemos alguns templos fenícios da Idade do Bronze. Essencialmente, no que toca o estudo da arquitetura monumental cartaginesa, a pesquisa volta-se para a iconografia das estelas votivas e funerárias (HARDEN, 1971, p. 83).

númidas não se sustenta.

Bertrand (1980, p. 14) busca, então, na cunhagem da Roma republicana, rica na figuração de construções públicas, religiosas e administrativas, os possíveis modelos para os tipos de Juba I. Este pesquisador aponta como candidatas a *Villa Publica* e a basílica *Aemilia*, que aparecem em denários de prata de 55 a.C. e 61 a.C.

Seguindo as indicações apresentadas acima, é possível pensarmos que a razão de não encontrarmos evidências monumentais de palácios e templos númidas deva-se, de fato, à proposição de estarmos lidando com um tipo de arquitetura e ocupação espacial profundamente diferente do esperado no mundo helenístico?¹²

O quarteirão moderno da Catedral de Constantina anteriormente denominava-se *Rous-el-Douames*, nome que indica influência fenícia e que significa “cabeça/cabo das grutas horizontais” ou “grutas habitadas”. Uma caverna encontrada em 1907, sob o Hotel de Paris, comporta até um lago subterrâneo (JOLEUAD, 1937, p. 12).

Moedas cunhadas em Cirta após o período real númida trazem legenda neopúnica e datam do século I a.C. Duas delas nomeiam certo *Bodmelqart*, que talvez fosse um príncipe ou um magistrado local (GSELL, 1997, p. 10).

Na época de Micipsa (século II a.C.), Cirta conseguia arregimentar 10 mil cavaleiros e 20 mil homens de infantaria (Estr., *Geog.*, XVII, 3, 13), o que poderia indicar que a cidade possuía um território extenso. Ainda seguindo as indicações dos textos antigos, Cirta seria um grande mercado para os berberes, que ali iam para comerciar, vindos de longe (Estr., *Geog.*, XVII, 3, 7). Micipsa chamava gregos para lá irem morar (Estr., *Geog.*, XVII, 13).

Entre os achados materiais esporádicos de Cirta, Gsell (1997, p. 9-10) assinala capitéis dóricos de estilo grego e lamparinas gregas nas sepulturas. Já as fontes textuais assinalam, igualmente, a forte presença de comerciantes italianos na cidade em 112 a.C. (Sal., *Bel. Jug.*, 21; 26; Diod., *Hist.*, XXXIV, 31). Há uma inscrição latina votiva que pode ser datada de antes da dominação romana (GSELL, 1997, p. 10).

Não possuímos nenhum documento que possa assinalar uma dominação cartaginesa direta em Cirta. No entanto, a cultura púnica é muito difundida na cidade: moedas, camadas arqueológicas de estilo púnico (GSELL, 1997, p. 10). Inúmeras estelas votivas com símbolos cartagineses e com inscrições púnicas foram encontradas no

¹² Nesse sentido, o Medracen, a *Souma El-Kroub*, a Tumba da “Cristã” e o Mausoléu de Thugga seriam importantes exceções, como veremos.

santuário de *El-Hofra*, dedicado a Baal Hammon e a Tanit Pene Baal, divindades cartaginesas. Em uma fossa foram encontradas, desde 1950, uma quantidade imensa de estelas votivas. Nestas havia 148 inscrições púnicas, 35 neo-púnicas e 17 gregas (BERTHIER; CHARLIER, 1955; BERTHIER, 1965, p. 32). Cirta não foi um assentamento fenício-berbere isolado, no interior do Maghreb. Inscrições semelhantes foram encontradas em Sila, Sigus, Tigisis, Tiddis e Mila. Gravuras rupestres de Sigus trazem, igualmente, símbolos do universos religioso de Baal-Tanit (BERTHIER, 1965, p. 36).

Em nosso recenseamento dos vestígios arqueológicos da área de Constantina, das 80 entradas, encontramos referências a nove inscrições líbicas. No total, das 359 entradas, temos 52 inscrições. Especificamente na área de Constantina, temos inscrições líbicas associadas a dolmens ou outros monumentos funerários; inscrições líbicas associadas a ruínas romanas ou encontradas isoladas; e uma inscrição bilíngue, líbica/neo-púnica, encontrada associada a um edifício com colunas e uma outra inscrição latina (KORMIKIARI, 2009, p. 139). A escrita líbico-berbere, conforme já comentamos, é datada desde o século V a.C. e tem sua origem associada diretamente aos contatos travados entre berberes e púnicos, pois é uma escrita que deriva do alfabeto púnico (GALAND, 1989).

O filólogo Galand (1997, p. 49-65) publicou a íntegra de 31 inscrições líbicas, até então desconhecidas, encontradas na região de Constantina. Nomes de origem púnica, além do que seria o próprio nome dos númidas em líbico (NBYB'), foram recenseados. No entanto, o autor aborda o difícil problema da cronologia. A escrita líbico-berbere não possui, ainda, uma cronologia bem estabelecida para seus caracteres. De maneira que, por não serem bilíngues, seja com o púnico, seja com o latim, são datadas de maneira absolutamente geral, como provenientes do período dos reinos númidas.

Três das inscrições de Constantina elencadas acima foram encontradas na região de Mila. Já as inscrições apresentadas por Galand (1997) foram encontradas entre Constantina e Guelma (a antiga Calama), entre Constantina e Aïn Beïda, e a norte e a nordeste de Cirta.

Pelo que podemos depreender das áreas de achado, vemos que estas encontram-se em regiões, vales e leitos próximos a fontes de água, rios ou poços. Esta informação é confirmada pela disposição espacial das inscrições líbicas nos mapas elaborados em nossa pesquisa (KORMIKIARI, 2009). Elas aparecem, notadamente, próximas a vestígios funerários e ao longo dos *oueds* argelinos, não relacionados, ao

menos imediatamente, com assentamentos maiores.

O grande problema da análise de inscrições líbicas é a dificuldade da tradução, visto que se trata de uma escrita não decifrada completamente (GALAND, 1989). Dessa maneira, à falta das interpretações que o conhecimento dos textos poderiam nos dar, retemos o fato de as inscrições serem em grande número e cobrirem todo o território massilo, comprovando que os romanos chegaram em terras já habitadas.

Após a vitória de César sobre os pompeianos e sobre seu aliado, Juba I, em Thapsus, formou-se, na parte ocidental do território anexado por Roma, um principado centrado em Cirta, efêmero e sob o comando de P. Sittius. Este principado gerou uma confederação, chamada de confederação cirtense, cujas instituições administrativas mantiveram-se à margem da província da *Africa nova* (DESANGES, 1980, p. 80-81). Muito tem-se discutido acerca do grau do poder romano na região nesse período e sobre o caráter dessa concessão (PICARD, 1954; SIRAGO, 1991; BERTRANDY, 1989). Camps (1960, p. 168) acredita que a confederação de Cirta já existisse antes da chegada do aventureiro campânico Sittius.

Segundo Apiano (*Hist. rom.*, IV, 54), Sittius distribuiu estas terras para as pessoas que serviram sob seu comando. Os inúmeros *Sittii* nomeados nas inscrições latinas de Constantina e da região circundante devem ser, na sua maioria, descendentes dos aventureiros que ganharam cidadania quando se estabeleceram na Numídia (GSELL, 1997, p. 11-12).¹³ Pompônio Mela qualificava Cirta como *colonia Cirta Sitarianorum cognomine* (Pli., *Hist. nat.*, V, 22). Apiano (*Hist. rom.*, IV, 54; IV, 56) também chamava os companheiros de Sittius de *Sittiani*. Sittius teria sido morto, após o assassinato de César, pelo númida Arabion (KORMIKIARI, 2003, p. 62). Mas os *Sittiani* permaneceram de posse do território.

Quando as duas províncias *Africa (Vetus e Nova)* foram reunidas pelo Senado romano, em 27 a.C., Cirta passou a depender do governador da *Africa Proconsular*. Possuímos um exemplo de uma dedicatória feita por um procônsul, em Cirta, no ano de 42 d.C. (*C.I.L.*, VIII, 6987; 19492).¹⁴

Cirta deve ter permanecido ligada à *Africa Proconsular*, junto com todo o resto

¹³ Lassère (1977), em seu monumental estudo *Ubique populus. Peuplement et mouvement de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères*, confirma esta afirmação ao estudar a onomástica da região para o período e verificar um povoamento, além do africano, itálico, particularmente campânico.

¹⁴ *C.I.L.* corresponde a *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

da Numídia, até que esta mesma fosse transformada em província, no início do século III d.C. Sob Adriano, e mais tarde, Cirta e seu território foram colocados, com relação a questões administrativas, sob a autoridade do legado da Terceira Legião (*C.I.L.*, VIII, 10296; 19132-19134). A julgar por outras inscrições (*C.I.L.*, VIII, 7053; 7039; 7075; 7076), Cirta foi, a partir de então, o centro de uma circunscrição financeira. Por fim, apenas no Baixo Império a cidade tornou-se capital provincial (GSELL, 1997, p. 11-12).

Para tentarmos determinar a extensão total do território de Cirta em época romana possuímos um marco miliário encontrado no *oued* Ouidier, perto do litoral, a sudeste da cidade moderna de Herbillon, indicando o limite dos territórios dos cirtenses e dos hipponienses (*C.I.L.*, VIII, 10322; 10838). A leste, o território de Cirta se estendia até Thibilis (*C.I.L.*, VIII, 5534; 18909; 18912). A sudeste, Tigisis, com certeza, pertencia à república cirtense, cujo território estendia-se até mais para o leste (a partir de marcos miliários contados de Cirta até a vizinhança de Gaudifala). Em direção sul-sudeste, o território da cidade moderna de Bouchenn fazia parte do território cirtense (GSELL, 1997, p. 13). Já os limites sul-sudoeste não podem ser determinados. Gsell (1997) acreditava que, nesta direção, Henchir Kariba não pertencesse ao território de Cirta (os marcos encontrados nesta localidade contam a distância a partir de Lambese e não de Cirta).

A embocadura do Ampsaga marcava os limites entre a Numídia e a Mauritânia. Dessa maneira, o território de Cirta, a noroeste, não poderia ultrapassar este ponto. De fato, o limite noroeste do território cirtense era justamente a embocadura do Ampsaga, como demonstra o epitáfio encontrado em Constantina, nomeando um certo *P. Sitti Optatus*, que nasceu em um local chamado Alba, localizado no Ampsaga, nas vizinhanças do mar (*C.I.L.*, VIII, 7759; 19478).

No sul, os limites do território de Cirta eram defendidos por uma linha de fortalezas romanas que teriam perdido sua utilidade quando as tropas imperiais ocuparam a região situada ao norte do Aurès (DUPUIS; MORIZOT, 1991). Na opinião de Gsell (1997, p. 12), estas fortalezas originalmente seriam pré-romanas. Ruínas destas podem ser vistas em Gaudifala. *A Tábula de Peutinger* assinala uma fortaleza entre Gaudifala e Tigisis (GSELL, 1997, p. 12). Em Turrus Caesaris, local indicado pelo *Itinerário Antonino*, a 15 milhas de Sigus, haveria mais uma dessas fortalezas (KORMIKIARI, 2009, p. 141). Acredita-se que estes limites meridionais deviam coincidir com a fronteira entre a Numídia e a Getúlia, isto é, o território dos getulos, localizado a sudeste da Numídia

(MORIZOT, 1990, p. 434).

No Alto Império, Cirta fazia parte de uma confederação que contava com três outras colônias: a *colonia Minervia Chullu*, a *colonia Veneria Rusicade* e a *colonia Sarnensis Milev*. Estas quatro colônias já existiam à época de Trajano (*C.I.L.*, VIII, 7069). A confederação foi denominada *res publica IIII coloniarum Cirtensium* (*C.I.L.*, VIII, 19493; 19494), *IIII coloniae Cirtenses* (*C.I.L.*, VIII, 7080; 8318; 8319), *coloniae Cirtenses* (*C.I.L.*, VIII, 6942), ou simplesmente *res publica Cirtensium* (*C.I.L.*, VIII, 10296; 22370; 6998).

Um questionamento válido seria pensar se no território de Cirta teria havido tribos (*gentes*) submissas a um regime administrativo particular, em período romano tardio. Uma inscrição encontrada em Constantina (*C.I.L.*, VIII, 7041), da época de Septímio Severo (193-211 d.C.), nomeia um indígena, que não era cidadão romano, e o qualifica de *princeps et undecim primus gentis Saboidum*. Pelas inscrições (*C.I.L.*, VIII, 2567; 2568; 2569; 2586; 18067; 18084; 18086), vemos que Cirta fornecia, durante os Antoninos e os Severos (séculos II-III d.C.), um grande número de soldados à Terceira Legião Augusta. Para Gsell (1997, p. 13-14), as *cohortes Cirtensium* deveriam ser recrutadas, ao menos no início, entre os indígenas do território de Cirta. A importância deste local norte-africano, no Alto Império, é atestada pelo grande número de cirtenses que aparecem citados como membros da ordem equestre (*C.I.L.*, VIII, 5534; 6948; 6995; 7062). Sob os Antoninos, os cirtenses foram numerosos no Senado (*C.I.L.*, VIII, 7059; 7060; 7061).

Descrição do sítio de Constantina/Cirta

Para além do Rhumel, ergue-se a colina chamada *Koudiat Ati*. Hoje em dia esta se apresenta em tamanho reduzido devido a explorações recentes. Do outro lado do Rhumel, temos, a nordeste, a colina de *Sidi M'cid*, e a sudeste, a colina de *Mansoura*. Gsell (1997, p. 14) diz ser possível que o *mons Bellonae*, o qual, a partir de uma indicação do século IV d.C., estava localizado na vizinhança imediata de Cirta, corresponda a uma destas três colinas.

Para fora do platô, a cidade romana estendia-se pela margem direita do Rhumel, onde hoje em dia existe a rodoviária moderna. Subúrbios, com casas ajardinadas, havia dos dois lados do *Koudiat Ati* e ao sul desta colina. Havia um outro subúrbio em *Sidi Mabrouk*, na *Mansoura*. Além disso, *villae* ocupavam certas áreas do *Sidi M'cid*: nos

rochedos do flanco ocidental desta colina, lê-se, duas vezes repetida, a indicação *limes fundi Sallustiani* (C.I.L., VIII, 7148; 19449).

A população de Cirta retirava seus materiais de construção de certo número de jazidas calcárias, vizinhas da cidade. Particularmente, existiam as de *Sidi M'cid* e as de *Mansoura* (GSELL, 1997). Vestígios de muralhas de pedra talhada (romanas ou mesmo anteriores) foram assinalados no contorno ocidental do platô. Outros fragmentos das muralhas (com uma torre semi-circular), considerados romanos, existiam a oeste da *Khasba*. Outra muralha, esta com característica arquitetônica bizantina, seguia os contornos do platô. Ainda sobrevivem porções entre a praça da Brèche e a ponta de Sidi Rached, perto da pequena porta chamada Bab Djabia. Há ainda outras porções perto da grande ponte (GSELL, 1997, p. 15).

Em época romana, muitas cisternas, públicas e privadas, recolhiam tanto a água da chuva como a que provinha dos aquedutos que vinham do leste e do sul. Tubos de distribuição, em terracota, com inscrições dos nomes *Milevitani*, *Auzurenses*, *Gemellenses*, *Tid(d)itani*, *Uzelitani* (C.I.L., VIII, 10476), preenchidos, portanto, por diversas localidades do território cirtense, foram encontrados em vários pontos diferentes de Constantina (principalmente na praça de Brèche, onde eles formavam um condutor que se dirigia de sudoeste para nordeste).

De época nômada, o vestígio melhor explorado que possuímos é o complexo do santuário de *El Hofra*, dedicado a Baal Ammon e Tanit Pene Baal. Em *El Hofra* foi encontrado o maior número de inscrições em púnico de todo o Norte da África, com exceção da própria capital do império, Cartago (BERTHIER; CHARLIER, 1955).

Baal Ammon era uma divindade fenícia, já Tanit foi durante muito tempo considerada uma divindade cartaginesa. Nos últimos anos, foram encontrados indícios arqueológicos, em terras libanesas, que comprovariam uma origem fenícia para a divindade. No entanto, foi no Norte da África que Tanit tornou-se uma divindade extremamente poderosa. Durante o Império Romano, ela será incorporada à Juno *Caelestis*, maneira pela qual os indígenas (berberes e púnicos) mantiveram sua adoração preservada (KORMIKIARI, 2000).

Afora *El Hofra*, mencionamos anteriormente o achado de cerâmica do estilo Tiddis – século III a.C. – em grutas dos arredores. Nos anos de 1960, nas encostas de *Sidi M'cid*, por meio de sondagens, revelou-se a existência de construções antigas: maçonarias e cisternas (BERTHIER, 2000, p. 13-14). Entre os objetos escavados,

encontrou-se uma pequena caixa contendo ossos calcinados, um vaso de vidro azul, uma pedra pome e um espelho circular. Em seguida, uma cabeça de javali, várias cerâmicas e fragmentos de tijolos e telhas. Dando continuidade às explorações nessa encosta, os arqueólogos concluíram pela descoberta de uma moradia de grande importância, o que se verificou tanto pela qualidade dos objetos encontrados quanto pelo tamanho estimado da propriedade. Afora os objetos já descritos, consta do inventário de *Sidi M'Cid*: unguentários, lamparinas, taças, tigelas, ânforas, lanças de ferro, ossos calcinados, moedas de bronze. Com exceção das moedas, os objetos apontaram para uma datação do século III a.C. Fora cerca de meia dúzia de moedas romanas tardias, encontradas na superfície, as restantes, todas escavadas nas camadas mais profundas, são cartaginesas (tipos do cavalo correndo, olhando para trás ou do cavalo parado), de Iol (tipo dos três grãos) e númidas. Estas últimas predominam (mais de 119) e pertencem, na sua maioria, ao período de Massinissa.

Todo o conjunto arquitetônico, que contém inclusive prensas de oliva e tanques de decantação, foi datado dos séculos III-II a.C. (BERTHIER, 1981, p. 25).¹⁵ O arqueólogo Berthier (1981) assinalou, ainda, a existência, nos arredores, de toda uma série de vestígios arquitetônicos mistos, encontrados na superfície e em camadas pouco profundas, que misturam elementos púnicos e romanos. Ou seja, as encostas de *Sidi M'Cid* contêm, muito provavelmente, todo um quarteirão da Cirta númido-púnico.

Uma importante fonte de informação para o pesquisador moderno são as denominações territoriais utilizadas pelos romanos em sua organização das províncias norte-africanas. A grande importância dessa abordagem metodológica centra-se em um debate historiográfico entre norte-africanistas. Nesse caso, trata-se de verificarmos até que ponto Roma inovou ou manteve, com adaptações menores, estruturas sociais, políticas e econômicas púnicas e berberes (BENABOU, 1978; LANCEL, 1992).

Bertrand (1980), analisando a documentação textual latina para o período romano no Norte da África, reconheceu dois significados para o termo *castellum*: um militar e um municipal. O primeiro aparece nas fontes quando é empregado junto a verbos como *facere* ou *munire* (edificar ou construir). Nesse sentido, o *castellum* pressupõe uma fortificação e corresponderia aos assentamentos mais afastados, localizados nas proximidades do *limes*. No segundo caso, o termo *castellum* estaria, por

¹⁵ Os tanques de decantação foram transformados, em períodos posteriores, em covas de inumação (BERTHIER, 1981, p. 19).

vezes, associado ao termo *oppidum*, e denotaria uma função urbana. Em *História natural* (V, 1), Plínio, o velho, afirmava que os nomes dos povos e de seus *oppida* eram impronunciáveis, e que estes habitam simples *castella* (AOUNALLAH, 1994, p. 1507). Em época imperial, os *castella* da região de Sicca Veneria e de Cirta identificavam “aglomerações urbanas númidas, de estatuto *peregrinum*” (BESCHAOUCH, 1981, p. 115). Cataudella (1992, p. 321-323), em um artigo dez anos posterior, defende a criação, na área cirtense, de uma contraposição entre as comunidades de cidadãos romanos (denominadas *pagi*) e as de *peregrinae*, conhecidas tanto como *castella* quanto como *civitates* no território norte-africano, mas não na região de Constantina.

Esta contraposição entre o que era romano e de origem indígena – que supostamente não havia ainda “ascendido” a um estatuto político mais elevado – ocorre igualmente no antigo território cartaginês, na região de Thugga (GASCOU, 1982, p. 140-1; 148). Na região de Constantina, que nos interessa aqui, temos documentada a existência de uma rede de cidades menores dependentes da antiga capital berbere e posterior colônia romana, Cirta. Já tivemos oportunidade de mencionar o importante debate historiográfico norte-africanista, que procurava por rupturas e/ou continuidades no horizonte sociopolítico e socioeconômico da região após as anexações romanas.

Nesse sentido, entendemos que uma análise interpretativa da divisão territorial da área de Constantina, em período romano, possa iluminar a mesma questão em relação ao período real númida. Vimos que Cirta, capital númida, pode ser datada, com certeza, para o século III a.C. Veremos adiante que alguns dos *castella* da região, que foram explorados arqueologicamente (o melhor exemplo é Tiddis), e os monumentos funerários berberes são igualmente datados dos séculos IV-III a.C. É nossa proposta trabalhar a hipótese de continuidade sociopolítica no coração do reino massilo.

O termo ‘*castellum*’

Em outro trabalho (KORMIKIARI, 2009, p. 126-127), pesquisamos a continuidade do uso do termo *pagus* do período púnico para o romano, notadamente na região de domínio direto cartaginês (atual Tunísia). Retomando, em 146 a.C., com a formação da *Africa Vetus*, todas as cidades localizadas na província, com exceção de sete (Hadrumeto, Útica, e outros importantes portos fenícios), foram classificadas como comunidades estipendiárias, o que significava que tinham perdido sua autonomia

(AOUNALLAH, 1994, p. 1505).

As comunidades foram organizadas em unidades territoriais chamadas *pagi* (*pagus*), conforme a dedicatória feita a *Q. Numerius Rufus*, em 60 a.C., que menciona três *pagi*: Muxi, Gu(n)zuzi e Zeugei (AOUNALLAH, 1994, p. 1505).¹⁶

Possuímos, no entanto, duas inscrições muito importantes, de *Phileros*, encontradas em *Formiae* e em *Uchi Maius*, ambas localizadas na *pertica Carthaginiensium*, que mencionam como título usual das aglomerações de estatuto peregrino – isto é, indígenas – o termo *castellum* (AOUNALLAH, 1994, p. 1507). Dessa maneira, o território de Cartago teria, após a refundação da capital norte-africana, 83 *castella*. Isto é, estas 83 aglomerações estavam sob as ordens de Cartago, por meio de seus magistrados. Os *castella* de Cartago enquadram-se na segunda definição elaborada por Bertrand (1980): a municipal. Assim, os *castella* seriam aglomerações urbanas númidas. Esses mesmos *castella*, como demonstra a documentação epigráfica, teriam sido promovidos a *civitates* durante o Império, o que representaria uma novidade, pois, nesse caso específico, *civitas* deixava de significar simples comunidades indígenas para designar aquelas que ganharam autonomia – deixavam ter seus territórios incorporados ao de Cartago e poderiam eleger seus próprios magistrados (AOUNALLAH, 1994, p. 1508-10).

Já em Cirta e em Sicca Veneria, o termo *castellum* apareceria em contraposição a *pagus*, que é entendido como povoado por cidadãos romanos (CATAUDELLA, 1992, p. 321).

Vimos que, na região de Cartago, os termos *pagus* e *civitas* fazem referência à coexistência jurídica e administrativa entre romanos e indígenas, os últimos possuindo relações de dependência política com os primeiros. Essa noção ficou conhecida, na historiografia moderna, como *communedouble* (do alemão *doppelgemeindre*), depois que o estudioso Pflaum a cunhou. Designa uma associação entre uma *civitas* e uma *colonia* ou uma *civitas* e um *municipium* (CATAUDELLA, 1992, p. 322).

¹⁶ O termo *pagus* pode ter três significados distintos no Norte da África: 1) circunscrição territorial agrupando um número elevado de cidades indígenas estependiárias, exemplo de *Pagus Thuscae* e *Gunzuzi* (contendo 64 cidades estependiárias); *Pagus Gurzensis* (contendo três cidades estependiárias); 2) o território de uma colônia (Cartago, Cirta) ou, mais raramente, de um município, como no exemplo de Cartago, onde vários de seus *pagi* viveram em simbiose com uma *civitas* indígena adjacente, com a qual formaram um tipo de comunidade dupla; 3) o território habitado por veteranos não incluídos em uma dedução colonial. Nestes casos, em geral, o nome do *pagus* é derivado de uma divindade, exemplo do *Pagus Fortunalis* (em Sturnica), *Pagus Mercurialis* (em Medeli) (GASCOU, 1982, p. 139).

Estudiosos como Gascou (1982) e Cataudella (1992), entretanto, acreditam que a *communedouble* que possuímos no Norte da África ocorreu apenas entre *pagus* e *civitas*. Assim, é preciso procurar as *civitates* em área cirtense. Para Cataudella (1992), existiria ali uma realidade análoga à encontrada na *pertica Carthaginiensium*, e essa análise interessa-nos, pois provaria a persistência, em período romano, de comunidades indígenas que, naturalmente, ali já se encontravam em época núpida.

Beschaouch (1981) analisou o território de Sicca Veneria e verificou que, no Alto Império, havia ali *pagi* (comunidades de cidadãos romanos) junto a comunidades *peregrinae* – isto é, não romanas. Essa mesma situação, como vimos, era encontrada no território de Cartago. A diferença no caso de Sicca Veneria era a denominação dada às comunidades *peregrinae. castellum*, ao invés de *civitas*.

De maneira análoga ao que ocorreu em Sicca Veneria, na região cirtense encontramos, nas inscrições do período romano, a recorrência dos termos *pagi* e *castella* associados (referência a Celtianis, Sigus, Phua). Teríamos aqui tentativas de controle da população berbere, forçando uma assimilação? Esta proposta contrapõe-se à opinião de Gsell (1997, p. 12), consolidada na historiografia, de que os dois termos, *pagus* e *castellum*, seriam equivalentes.

Gascou (1972; 1982_a; 1982_b; 1983) conclui que não podemos identificar uma oposição entre *pagi* e *castella* na confederação cirtense. Ele compara-a com outras áreas norte-africanas onde encontramos *pagi* e *civitates* e nas quais as *communedouble* aparecem nas estruturas políticas e administrativas de cada comunidade. Na área de Cirta, realmente não identificamos este quadro. Isso ocorria porque Cirta possuía um estatuto diferenciado do restante das províncias norte-africanas, muito mais autônomo, o que foi determinado pela natureza diferenciada das relações estabelecidas entre indígenas (númidas) e colonos romanos.

E a própria noção de confederação, no norte da localidade, o que isso significaria em termos sociopolíticos, tanto em período romano, como no antecedente, que podemos supor raiz dessa diferenciação?

A documentação epigráfica, em Sigus, atesta a existência tanto de um *magister pagi* como de um *magister castelli*. Cataudella (1992, p. 324), ao examinar a questão, retoma a descrição da região apresentada por Isidoro (*Origines*, XV, 2, 11), na qual ele fala de duas realidades distintas para *pagus* e *castellum*, apesar de possuírem características comuns: dimensão modesta (*parvitas*) e *vulgaris hominum conventus*. A

diferença estaria no perfil étnico de cada um. O *castellum* comportaria uma população indígena (CATAUDELLA, 1992, p. 324).

A inscrição de *Phileros*, de Uchi Maius (*C.I.L.*, VIII, 26274), localidade a oeste de Dougga (Thugga), em território cartaginês, é datada da época de Augusto e diz: “[*Ph*]eros *castellum* divisit inter colonos et Uchitanos terminum [que] constituit”. Uchi Maius seria um *castellum* onde encontramos uma clara distinção entre *coloni* (colonos) e *Uchitani*, isto é, indígenas.¹⁷ Na opinião de Cataudella (1992, p. 326), é interessante notar que existia um *castellum* que, em seguida à divisão realizada por *Phileros*, compreendeu *coloni* e *Uchitani*, mas que originalmente deveria ser composto apenas por *Uchitani*, isto é, indígenas (númidas ou líbios, pois estamos em antigo território cartaginês).

Prosseguindo em sua análise, Cataudella (1992, p. 326) acredita que o mesmo procedimento deve ter sido a norma na área cirtense. Entretanto, a divisão de *Phileros* pode indicar igualmente um momento de assimilação entre o elemento romano e o berbere, pois o *castellum* estava dividido entre os dois, sem privilégios. Se estivéssemos lidando com uma nova leva de colonos romanos, seria de se esperar que estes fossem deslocados para um novo *pagus*. Desse modo, o quadro que se desenha traz duas possibilidades: 1) *pagus* e *castellum* contíguos; 2) apenas *castellum*, com os dois elementos étnicos coabitando.

Na área de Cirta, que nos concerne aqui, podemos identificar um momento de assimilação semelhante ao de Sigus, quando temos atestados um *ager publicus Cirtensium* e um *ager publicus Sigitanorum*. As duas denominações representariam, respectivamente, a divisão do território de Sigus, a parte dos romanos cirtenses e a dos indígenas *sigitani* (CATAUDELLA, 1992, p. 327).

O *castellum*, cujas menções ocorrem na epigrafia da área cirtense a partir do século III d.C., representaria uma estrutura indígena muito anterior. Essa estrutura convergia, no processo de fusão do período romano, em uma nova entidade territorial, mista. Nesse sentido, o uso do termo *respublica*, cuja aparição em área cirtense é do final do século II d.C., marcaria a assimilação entre elementos indígenas e colonos romanos. Por exemplo, em Tiddis, encontramos, de maneira equivalente, tanto a

¹⁷ A posição de Cataudella (1992) é combatida por muitos especialistas. Por exemplo, Gascou (1972, p. 173) propõe que *Uchitani* e *coloni* simplesmente identifiquem colonos romanos que chegaram à cidade em momentos distintos.

identificação *respublica castelli Tidditanorum* como *respublica Tidditanorum* (CATAUDELLA, 1992, p. 328).

Concluindo, Cataudella (1992), ao defender sua tese de fusão do *pagus* ao *castellum*, lembra que isso significaria que o componente indígena, aqui, seria a estrutura importante. Assim, ele acredita poder refutar a ideia de “guetos berberes” e de pressões policiais por parte de Roma sobre os indígenas.

Em nossa pesquisa, que quer analisar a organização espacial dos númidas, a ideia das *castella* de período romano poderem representar antigas estruturas indígenas é muito importante. Lembramos a existência, durante o domínio romano, de diversos vilarejos, chamados de *castella* nos textos latinos, prosperando ao redor de Cirta: Caldis, Tiddis, Celtianis, ao norte; Thibilis, a leste; Tigisis, Gaudifala, a sudeste; Saddar, Sila, Sigus, ao sul; Subzuar, Arsacal, a sudoeste; Elephantum, Mastar, Uzelis, Phua, a oeste. Já tivemos oportunidade de assinalar que tanto a existência de vestígios de muros pré-romanos quanto de dólmenes na região assinalariam para uma datação anterior, da época dos reis númidas. Desse modo, a partir do exposto acima, lançamos a hipótese destas localidades serem a continuidade de antigos assentamentos númidas, as *tadchert*, as *mouda* e os *taddert* de tempos modernos (KORMIKIARI, 2000, p. 120-139)

Dessas localidades, Tiddis foi a melhor explorada arqueologicamente. Berthier (1949; 1956_a; 1956_b; 1972; 1978; 2000) tem trabalhado no sítio há décadas. Localizada a apenas 16 quilômetros de Constantina, esta localidade está situada sobre uma montanha que, ao mesmo tempo, isolou e protegeu a comunidade, principalmente em razão das ravinas que a rodeiam. Enquanto Cirta foi construída na margem esquerda do *Ampsaga* (Rhumel), Tiddis foi edificada em sua margem direita. Já o canyon de Tiddis é muito mais longo do que o de Cirta, com 4 quilômetros de comprimento (BERTHIER, 2000, p. 33-34). Tiddis faz parte de um sistema de colinas (seu ponto mais elevado, *Ras ed Dar*, está a 576 metros de altitude) que domina os vales férteis do Rhumel e de seu afluente, o *oued* Smendou. Essa região, com fortes possibilidades de desenvolvimento agrícola, encontra-se “fechada” por um cinturão de montanhas: ao norte, a Cadeia Numídica; e ao sul, o Chettaba e o Djebel Ouach. Constantina representa a “porta” dessa região.

As escavações ultrapassaram a cidade romana e encontraram as muralhas númidas e as construções púnicas. Berthier (2000, p. 39) estabeleceu a origem da cidade no final do século III a.C., no cume da colina. Os achados materiais associados aos

vestígios da muralha númida (moedas e objetos variados) datam dos séculos III-II a.C., período, como visto, em que Cirta era já uma grande cidade númido-púnica.

A muralha númida foi, no início do século XX, confundida como sendo romana. Mas sua construção e os materiais a ela associados determinam sua origem berbere. Grandes blocos não talhados com seixos entremeados formam uma barreira até hoje visível, com quatro metros de altura por um de largura. Esta muralha encontra-se com a porta norte da cidade, de época númida. Esta porta dá acesso ao quarteirão baixo de Tiddis, onde foram encontrados significativos vestígios de maçonaria púnicos datados do século III a.C.

O platô de Tiddis jamais foi inteiramente ocupado pela cidade. Esteve sempre separado em duas partes: a ocidental, alcançando a ravina do Rhumel, constituiu uma como área de culto, com seus dólmenes (milhares) e suas necrópoles (púnica e romana); a oriental recebeu as construções dos vivos. Bertheir (2000, p. 452-453) acredita que os *castella* da área cirtense, identificados em época romana, funcionassem como centros de seus cantões, barreiras de proteção contra as comunidades das montanhas, vigiando as rotas. Em suma, trata-se de uma visão que se aproxima da organização espacial e sociopolítica verificada nos relatos etnográficos modernos acerca de diferentes grupos berberes (KORMIKIARI, 2000, p. 120-39).

Dentre os quinze *castella* de Cirta, elencados acima, Tiddis foi o único explorado arqueologicamente de maneira sistemática. No entanto, Sigus, Sila, Gaudifala e Tigisis, apesar de não terem sido estudados tão profundamente, indicam, pela sua história e posição geográfica, uma convergência que nos auxilia a iluminar a questão. Localizados na fronteira do Atlas telliano e das altas planícies de Constantina, suas populações berberes foram bem atestadas desde a proto-história. A região é riquíssima em monumentos funerários, notadamente dólmenes, que são contados aos milhares. As quatro cidades foram remodeladas, urbanisticamente, no século I d.C. (LE BOHEC, 1990, p. 309-11). Sabemos, a partir de inscrições e marcos miliários, que os grupos berberes dos *suburbures* e dos *nicives* habitavam essa região (KORMIKIARI, 2000). Um grande número de documentos epigráficos do Alto Império, do século I ao III d.C., atesta a existência desse grande grupo indígena denominado *suburbures*. A documentação epigráfica mostra uma ligação entre esse grupo e o dos *nicives*. Marcos de percurso do século I d.C., os chamados marcos miliários (*millaria*), trazem inscrições nas quais os dois grupos dividem uma mesma região, dentro da área maior de Cirta e de seus arredores

(DESANGES, 1980, p. 337). Além dessa associação, as inscrições assinalam também que os *suburbures* eram qualificados de *Regiani*. Por outro lado, textos epigráficos do final do século II e do III d.C. são testemunhos da permanência dos *suburbures* na região (não mais qualificados como Regiane). No entanto, esse segundo conjunto de documentos foi encontrado mais para o oeste, em direção à Argélia central, mas ainda dentro dos domínios de Cirta.¹⁸ Em especial, dois marcos miliários demonstram que, à época de Trajano, os *suburbures* tiveram seu território delimitado (DESANGES, 1980, p. 333). Três interpretações foram formuladas: a primeira considera que houve uma divisão do grupo: os *Regiani* seriam do leste e os não *Regiani* seriam do oeste (CAMPS, 1960, p. 179); a segunda pretende que houve uma separação forçada pelos romanos; e a terceira diz que, na verdade, estamos lidando com um grupo seminômade, que praticava a transumância (DESANGES, 1980, p. 333).¹⁹

A informação de que os *nicives*, no Baixo Império, já cristianizados, tiveram seu território fixado ao norte do monte Batna, nas proximidades da Bacia do Hodna (Argélia), sendo que sua área de domínio teria alcançado a região, 30 quilômetros a nordeste, que ora analisamos, é um dado a mais a favor da interpretação de um modo de vida seminômade desse grupo.²⁰ De maneira análoga aos musulâmios e aos *suburbures*, podemos entender tanto locomoções, típicas do seminomadismo, dentro de uma região circunscrita, como a existência de facções ou clãs diferentes habitando a área de Cirta e a de Sigus, Siga, Gaudifala e Tigisis.

Seguindo as indicações de Plínio, o velho (*Hist. nat.*, V, 30), que situa os massilos entre esses dois grupos, comprovamos que o território desse grupo indígena fazia fronteira com as terras dos *suburbures* e dos *nicives*.

A ideia de que os *castella* foram remodelados, no plano urbano e político, em época romana, para servir de "posto de contato" entre os colonos e os indígenas, parece, assim, se reforçar. No entanto, de acordo com o exposto sobre o significado, em área cirtense, do termo *castellum*, supomos que esses centros já existiam em época púnica e que foram reurbanizados pelos romanos posteriormente. Acreditamos que os resultados das escavações recentes em Tiddis e em Cirta auxiliem nossa argumentação.

¹⁸ Por exemplo, *C.I.L.*, VIII, 8270 (ano 199); *C.I.L.*, VIII, 10335 (ano 215).

¹⁹ Essa região e a Bacia do Hodna, seu prolongamento ocidental, foram áreas de transumância e de encontro dos *suburbures* e dos *nicives*.

²⁰ Além de documentos epigráficos mais antigos, uma dedicatória encontrada em uma capela bizantina, do século VI d.C., de *N'Gaous*, comprova essa extensão territorial (CAMPS, 1960, p. 180).

Os milhares de elementos funerários berberes que cercam essas localidades reforçam, igualmente, a ideia de a área ser profundamente habitada por populações nômadas antes da chegada dos romanos.

Vinte e dois assentamentos foram elencados na área de Constantina (KORMIKIARI, 2009). Estes comportavam os *castella*, a própria Cirta, o centro de *Thubursicum Numidarum* – cujo nome denota a importância da comunidade indígena – e áreas onde foram identificadas construções de tipo berbere.

O *Recueil des notices et mémoires de la société archéologique du département de Constantine* (JULIEN, 1883; JOLEUAD; JOLY, 1909; 1910; JOLY, 1906) apresenta centenas de vestígios de pequenos assentamentos e de obras hidráulicas que se espalhavam por toda a região de Constantina. Essas obras são tratadas como “indígenas”, o que não nos esclarece acerca de sua cronologia. Podem ser nômadas, bizantinas, medievais. No entanto, são muito interessantes, pois, na chave da longa duração, demonstram uma ocupação perene e difundida dos berberes.

Na tipologia criada por Ferchiou (1990) para os sítios berberes da Tunísia, vemos que certas características destes últimos reapareceram como técnicas de construção (pedras secas, megalíticas), bem como a existência de muralhas a proximidade de áreas de enterramento típicas dos berberes da Antiguidade. Ferchiou (1990) dividiu os sítios berberes em sítios “empoleirados”, sítios de vertente, sítios ligeiramente desnivelados, sítios complexos em termos topográficos.²¹ Os chamados sítios “empoleirados” estão localizados em altitudes elevadas, acima do resto da região ao redor, de maneira que se destacam em relação ao resto da paisagem. Costumam estar cercados por um penhasco muito escarpado. Os de vertente, por sua vez, costumam estar situados sobre um flanco de altura, ou aos pés da escarpa. Muitas vezes, estes sítios protegem uma garganta ou desfiladeiro. Ao comentar sobre os sítios ligeiramente desnivelados, a autora afirma que os indígenas tinham a clara tendência de estabelecer seus assentamentos em locais elevados. Nas áreas de planície ou nos terraços aluviais, eles escolhiam, ali também, o local mais elevado, mesmo que este não fosse suficientemente alto em termos defensivos.

Retemos, a partir da análise mais detalhada apresentada dos sítios de Cirta e de Tiddis, a confirmação arqueológica da preferência berbere por locais facilmente

²¹ Subdivididos em sítios em ‘mesa’, pico, muralhas apoiadas sobre um precipício, assentamento ‘escondido’ sob um acidente natural e em promontório.

defensáveis, topograficamente elevados e com ampla visão dos arredores imediatos. Além destes dados, podemos acrescentar a constância do uso de muralhas. Os *castella* da área cirtense enquadravam-se, topograficamente ao menos, nos parâmetros apresentados acima.

Em um segundo estudo, Ferchiou (1991) avança em suas conclusões e apresenta uma nova tipologia, mais detalhada, levando em consideração áreas adjacentes, com a existência ou não de necrópoles. Assim, ela divide os assentamentos em sítios com muralhas e sítios sem muralhas. Os com muralhas podem ser classificados como "aglomerações permanentes com necrópole coletiva", "pequenas *oppida* organizadas", "pequenos fortes e postos de guarda" (com superfície ocupada muito reduzida), "pequenos assentamentos fortificados, com construções raras" (refúgios temporários?). Já os sem muralhas são subdivididos em "burgos rurais com necrópoles coletivas" (com maior e menor indícios de riqueza) e em "grandes domínios: com *tumulus* isolado, com mausoléu em torre e com mausoléus de diversos tipos". Por fim, há as propriedades médias com *tumuli* (uns aproximados dos outros, e localizados na vizinhança de um pequeno sítio, o qual continuou a ser, mesmo em época romana, simples vilarejo).

Cento e dezessete vestígios de assentamentos (por vezes, aparecem associados a vestígios funerários e a inscrições) foram recenseados a partir do *Atlas Archéologique* (KORMIKIARI, 2009, p. 152-160).

As áreas meridionais de Chéria, Zenina e Djelfa são particularmente ricas em vestígios de vilarejos berberes, que apresentam características próximas às arroladas por Ferchiou (1991), principalmente em relação à topografia, mas também em relação à presença de muralhas. Setenta assentamentos são representados por construções isoladas em pedras secas (algumas megalíticas, outras interpretadas como vilarejos em razão do conjunto que formam); muralhas ao redor de cidadelas (classificadas como númidas, em razão de inscrições líbicas a estas associadas); necrópoles berberes (dólmens, bazinas, *tumuli*, entre outras formas de enterramento berberes); *castella* como Mila e *Thubursicum Numidarum*. Gostaríamos de destacar, dentre os assentamentos apresentados acima, Madaura, Calama e Hippo Régio. Essas cidades, de origem fenícia (Hippo Régio), líbico-púnica (Calama) e getulo-púnica (Madaura) podem ter funcionado, em razão da importância física e política que possuíam em suas regiões, como centros catalisadores, de maneira análoga a Cirta. De fato, outros núcleos urbanos, como *Thubursicum Numidarum*, podem igualmente ter representado esse papel.

Entendemos que a Arqueologia, mais que as fontes textuais, mostre a força da implantação berbere no Norte da África durante a Antiguidade. Demonstra, igualmente, como Roma não alterou o estado das coisas de maneira radical; ao contrário, soube adaptar seu domínio aos modos de vida tribais. Acreditamos que, à medida que os trabalhos arqueológicos prosseguirem, em especial na Argélia, poderemos provar, como ocorreu em relação a Cirta e a Tiddis, que as bases da ampla urbanização romana no Maghreb foram líbico-púnica.

Referências

Documentação textual

- APIANO. *Apian's roman history*. London: The Loeb Classical Library, 1960.
- CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881, v. III.
- CORPUS NUMMORUM NUMIDIAE MAURETANIAEQUE. Paris: Flamarion, 1955.
- DIODORO DA SICÍLIA. *Library of history of Diodorus of Sicily*. Cambridge: William Heinemann, 1960.
- ESTRABO. *The Geography of Strabo*. London: The Loeb Classical Library, 1961.
- ITINERARIUM ANTONINI. Roma: Impensis Friderici Nicolai, 1877.
- PLÍNIO. *Histoire naturelle: livre V*. Paris: Les Belles Lettres, 1980.
- POLÍBIO. *Histoires: vols. I-V*. Paris: Les Belles Lettres, 1972.
- SALÚSTIO. *Guerre de Jugurtha*. Paris: Les Belles Lettres, 1947.
- TABULA PEUTINGERIANA. Roma: Leo S. Olschki Editore, 2003.
- TITO-LÍVIO. *Histoire romaine*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1952.
- VITRÚVIO. *The Ten Books on Architecture*. Cambridge: Harvard University, 1914.

Obras de apoio

- AOUNALLAH, S. Castella et civitates dans le pays de la Carthage romaine. *Africa romana*, Cartago, p. 1505-1512, 1994.
- BÉNABOU, M. Les romains ont-ils conquis l'Afrique? *Annales*, Paris, n. 33, p. 83-88, 1978.
- BERTHIER, A. Tiddis. *Documents Algériens*, Argel, n. 37, mapa 1-4, 1949.

- BERTHIER, A. Les bazinas de Tiddis. *Libyca*, Paris, v. 4, p. 147-153, 1956a.
- BERTHIER, A. Tiddis: plaque de terre cuite sigillée. *Libyca*, Paris, n. 4, p. 155-156, 1956b.
- BERTHIER, A. Établissements agricoles antiques à Oued Athmenia. *Boletim arqueologico de Algerie*, Argel, v. 1, p. 7-20, 1965.
- BERTHIER, A. *Tiddis*. antique castellum tidditanorum. Argel: Ministère de l'information et de la culture, 1972.
- BERTHIER, A. Les remparts de Tiddis, antique Castellum Tidditanorum. *Congrès national des sociétés savantes*, Nancy-Metz, p. 145-152, 1978.
- BERTHIER, A. *La numidie, Rome et le Maghreb*. Paris: Picard, 1981.
- BERTHIER, A. *Tiddis*. Cité antique de Numidie. Paris: Diffusion de Boccard, 2000.
- BERTHIER, A.; CHARLIER, R. *Le sanctuaire punique de El-Hofra à Constantine*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1955.
- BERTHIER, A.; CHARLIER, R.; JUILLET, J. Le 'Bellum Jugurthinum' de Salluste et le problème de Cirta. *RSAC*, Paris, n. 67, p. 3-144, 1951.
- BERTRANDY, F. Remarques sur l'origine romaine du monnayage en bronze et en argent de Juba I, roi de Numidie. *BAC*, Paris, n. 12-14, p. 9-22, 1980.
- BERTRANDY, F. La communauté gréco-latine de Cirta (Constantine), capitale du royaume de Numidie, pendant le II siècle et la première moitié du I siècle avant J.C. *Latomus*, Bruxelles, n. 44, p. 488-502, 1985.
- BERTRANDY, F. *L'état de Publius Sittius et la Numidie cirteenne du premier siècle avant J.C. au premier siècle après J.C.* Thésis de Doctorat, Paris: Paris 4, 1989.
- BESCHAOUCH, M. A. Le territoire de Sicca Veneria (el-Kef), nouvelle Cirta, en Numidie Pronsulaire (Tunisie). *CRAI*, Paris, p. 105-22, 1981.
- BOUCHENAKI, M. Contribution à la connaissance de la Numidie avant la conquête romaine. *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Roma, n. 2, p. 527-541, 1983.
- CAMPS, G. La céramique des sépultures berbères de Tiddis. *Lybica*, Argel, v. 4, p. 155-203, 1956.
- CAMPS, G. Aux origines de la Berberie. Massinissa ou les débuts de l'histoire. *Lybica*, Argel, n. 8, 1960.
- CARCOPINO, J. *Le Maroc antique*. Paris: Gallimard, 1943.
- CATAUDELLA, M. R. Civitas-castellum in area cirtense? *Africa Romana*, Oristano, n. 10, p. 321-9, 1992.

- COARELLI, F.; THÉBERT, Y. Architecture funéraire et pouvoir: réflexions sur l'hellénisme numide, *Mefra*, Paris, n. 2, p. 761-818, 1988.
- DECRET, F.; FANTAR, M. *L'Afrique du nord dans l'antiquité*. Paris: Payot, 1998.
- DESANGES, J. Permanence d'une structure indigène en marge de l'administration romaine: la Numidie traditionnelle. *Antiquités africaines*, Paris, n. 15, p. 77-89, 1980.
- DUPUIS, X.; MORIZOT, P. Une vallée peu connue de l'Aurès occidental: l'oued Fedhala. *Africa romana*, Nuoro, n. 9, p. 365-388, 1991.
- EUZENNAT, M. Héritage punique et influence gréco-romaine au Maroc à la veille de la conquête romaine. *Actes du VIII congrès international d'archéologie classique*, Paris, p. 261-278, 1965.
- FENTRESS, E. W. B. Tribe and faction: the case of the gaetuli. *Mefra*, Paris, n. 94, p. 325-334, 1982.
- FERCHIOU, N. Habitats fortifiés pré-imperiaux en Tunisie antique. *Antiquités africaines*, Paris, n. 26, p. 43-86, 1990.
- FERCHIOU, N. La paysage pré-romain en Tunisie antique à l'ouest de Carthage. *Actes du III congrès international des études phéniciens et puniques*, Túnis, v. 1, p. 435-445, 1991.
- GALAND, L. Les alphabets libyques. *Antiquités africaines*, Paris, n. 25, p. 69-81, 1989.
- GALAND, L. Inscriptions libyques du Constantinois. *Antiquités africaines*, Paris, v. 33, p. 49-65, 1997.
- GASCOU, J. *La politique municipale de l'empire romain en Afrique proconsulaire de Trajan à Septime-Sévère*. Roma: Ecole française de Rome, 1972.
- GASCOU, J. La politique municipale de Rome en Afrique du nord. *ANRW*, Berlim, n. 10, p. 136-229, 1982a.
- GASCOU, J. Les pagi carthaginois. *Actes du Colloque organisé à Aix-en-Provence*. Aix-en-Provence, n. 1, p. 139-175, 1982b.
- GASCOU, J. Pagus et castellum dans la Confédération Cirtéenne. *Antiquités africaines*, Paris, n. 19, p. 175-207, 1983.
- GSELL, S. *Atlas archéologique de l'Algérie*: volume 1. Paris: Scripta varia, 1997.
- HARDEN, D. *The phoenicians*. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- HITCHNER, R. B. The organization of rural settlement in the Cillium-Thelepte region. *Atti del VI convegno di studio*, Sassari, p. 387-402, 1988.

- ISSERLIN, B. S. J. Phoenician and punic rural settlement and agriculture: some archaeological considerations. *Atti del I congresso internazionale di studi fenici e punici*, Roma, p. 157-163, 1983.
- JODIN, A. *Volubilis regia iubae*. Paris: De Bocard, 1987.
- JOLEAUD, L. Le ravin de Constantine et les origines de Cirta. *RSAC*, Paris, n. 64, p. 1-17, 1937.
- JOLEAUD, L.; JOLY, A. Ruines et vestiges anciens relevés dans la province de Constantine. *RSAC*, Paris, n. 43, p. 101-160, 1909.
- JOLEAUD, L.; JOLY, A. Ruines et vestiges anciens relevés dans la province de Constantine. *RSAC*, Paris, n. 44, p. 29-34, 1910.
- JOLY, M. Thubursicum numidarum (Khemissa). *RSAC*, Paris, n. 39, p. 165-192, 1906.
- JONES, G. D. B. The libyan valleys survey: the development of settlement survey. In: BUCK, D. J.; MATTINGLY, D. J. (Orgs.). *Town and country in roman Tripolitania*. London: British Archeological reports, 1985, p. 263-89.
- JULIEN, M. Excursions de Henri Martin, sénateur, membre de l'académie française aux stations mégalithiques des environs de Constantine. *RSAC*, Paris, n. 22, p. 214-21, 1883.
- KORMIKIARI, M. C. N. *Norte da África autóctone do século III ao I a.C.: as imagens monetárias reais berberes*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2000.
- KORMIKIARI, M. C. N. Grupos indígenas berberes na antigüidade: a documentação textual e epigráfica. *Revista de História*, São Paulo, v. 145, p. 09-60, 2001.
- KORMIKIARI, M. C. N. O rei berbere e seu aparato iconográfico: o testemunho monetário. *Atas do XIX encontro imagem e ciência*, São Paulo, n. 1, p. 33-58, 2003.
- KORMIKIARI, M. C. N. Numidian royal portrait. *XIII international congress of numismatics*, Madrid, v. 1, p. 349-356, 2005.
- KORMIKIARI, M. C. N. O conceito de cidade no mundo antigo e seu significado para o Norte da África berbere. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. (Orgs.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 137-172.
- LANCEL, S. *Carthage*. Paris: Fayard, 1992.
- LASSÈRE, J. M. *Ubique populus*. Peuplement et mouvement de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des sévères. Paris: Études d'antiquités africaine, 1977.

- LE BOHEC, Y. De Sila à Gadiaufala: urbanisation et municipalisation dans la Numidie cirtéenne méridionale. *L'Afrique dans l'occident romain*, Rome, n. 134, p. 291-313, 1990.
- MATTINGLY, D. J. New perspectives on the agricultural development of Gebel and pre-desert in roman Tripolitania. *Désert et montagne au Maghreb*, Aix-en-Provence, n. 1, p. 45-65, 1987.
- MATTINGLY, D. J. Farmers and frontiers, exploiting and defending the countryside of roman Tripolitania. *Libyan studies*, London, n. 20, p. 135-53, 1989.
- PEYRAS, J. Le fundus aufidianus, étude d'un grand domaine romain de la région de Mateur (Tunisie du nord). *Antiquités africaines*, Paris, n. 9, p. 181-222, 1975.
- PEYRAS, J. Paysages agraires et centuriations dans le bassin de l'oued Tine (Tunisie du nord). *Antiquités africaines*, n. 19, p. 209-253, 1983.
- MORIZOT, P. Économie et société en Numidie méridionale: l'exemple de l'Aurés. *Africa romana*, Cagliari, n. 8, p. 429-446, 1990.
- PICARD, G. *Religions de l'Afrique antique*. Paris: Plon, 1954.
- ROSSETTI, S. La Numidia e Cartagine en la II e la III guerra punica. *Parola del passato*, Roma, p. 336-53, 1960.
- SIRAGO, V. A. Collegamento di Africa e Spagna nelle avventure di P. Sittius nocerino. *Africa romana*, Nuoro, n. 9, p. 939-952, 1991.
- SMADJA, E. Modes de contact, sociétés indigènes et formation de l'état numide au seconde siècle avant notre ère. *Modes de contact et processus de transformation dans le sociétés anciennes*, Roma, p. 685-702, 1983.
- WHITTAKER, C. R. *Land, city and trade in the Roman Empire*. Aldershot: Variorum, 1993.